



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1992-1993)

SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS A SUA MAJESTADE O REI DE MARROCOS, HASSAN II REUNIÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 1993

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
Victor Manuel Caio Roque
José Mário Lemos Damião
José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

Às 17 horas e 35 minutos deu entrada na Sala do Senado o cortejo em que se integravam Sua Majestade o Rei de Marrocos (Hassan II), o Sr. Presidente da Assembleia da República (Barbosa de Melo) e os Srs. Secretários da Mesa, Secretário-Geral da Assembleia da República, Chefe do Protocolo do Estado e membros da comitiva de Sua Majestade o Rei de Marrocos.

Encontravam-se presentes na Tribuna A outros membros da comitiva do visitante.

Constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

Seguiram-se os discursos do Sr. Presidente da Assembleia da República e de Sua Majestade o Rei de Marrocos.

Eram 18 horas e 15 minutos quando a sessão, convocada nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 50º do Regimento, foi encerrada.

© Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão

Eram 17 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Aderito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Álvaro Roque de Pinho Bissau Barreto.
António Costa de Albuquerque de Sousa Lara.

António da Silva Bacelar.

António de Carvalho Martins

António do Carmo Branco Malveira

António Esteves Morgado

António Germano Fernandes de Sá e Abreu

António Joaquim Correia Vairinhos

António José Barradas Leitão

António Manuel Fernandes Alves.

António Moreira Barbosa de Melo.

António Paulo Martins Pereira Coelho

Aristides Alves do Nascimento Teixeira

Arlindo da Silva André Moreira

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha

Arménio dos Santos

Belarmino Henriques Correia

Carlos Alberto Lopes Pereira.

Carlos de Almeida Figueiredo

Carlos Filipe Pereira de Oliveira

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves

Carlos-Manuel-de-Oliveira-da-Silva

Carlos Manuel Duarte de Oliveira

Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Cecília Pita Catarino

Delmar Ramiro Palas

Domingos Duarte Lima

Eduardo Alfredo de Carvalho Pereira da Silva

Ema Maria Pereira Leite Lóia Paulista

Fernando Carlos Branco Marques de Andrade.

Fernando José Russo Roque Correia Afonso.

Fernando Monteiro do Amaral

Fernando Santos Pereira.

Filipe Manuel da Silva Abreu

Francisco Antunes da Silva

Francisco João Bernardino da Silva.

Francisco José Fernandes Martins.

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.

Hilário Torres Azevedo Marques

Isilda Maria Renda Periquito Pires Martins

Jaime Gomes Milhomens

João Alberto Granja dos Santos Silva.

João Álvaro Poças Santos

João Carlos Barreiras Duarte

João de Lago de Vasconcelos Mota

João Domingos Fernandes de Abreu Salgado.

João Eduardo Dias Madeira Gouveia

João Granja Rodrigues da Fonseca

João José da Silva Maças.

João José Pedreira de Matos

Joaquim Cardoso Martins

Joaquim Eduardo Gomes

Joaquim Maria Fernandes Marques

Joaquim Vilela de Araújo

Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha

José Alberto Puig dos Santos Costa

José Ângelo Ferreira Correia

José Bernardo Veloso Falcão e Cunha

José de Almeida Cesário

José Fortunato Freitas Costa Leite

José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.

José Júlio Carvalho Ribeiro

José Leite Machado.

José Macário Custódio Correia

José Manuel Bottegana Meireles

José Manuel da Silva Costa

José Mário de Lemos Damião

José Pereira Lopes.

Luís António Martins

Luís Carlos David Nobre

Luís Manuel Costa Geraldes

Manuel Acácio Martins Roque

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel Antero da Cunha Pinto.

Manuel Castro de Almeida.

Manuel da Silva Azevedo

Manuel de Lima Amorim

Manuel Filipe Correia de Jesus

Manuel Joaquim Baptista Cardoso

Manuel Maria Moreira

Manuel Simões Rodrigues Marques.

Maria da Conceição Figueira Rodrigues

Maria da Conceição Ulrich de Castro Pereira.

Maria de Lurdes Borges Póvoa Pombo Costa

Maria José Paulo Caixeiro Barbosa Correia

Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça

Tavares

Maria Luísa Lourenço Ferreira

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas

Nuno Francisco Fernandes Delerue Alvim de Matos

Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Olinto Henrique da Cruz Ravara

Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho

Pedro Manuel Cruz Roseta

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho

Rui Alberto Limpo Salvada.

Rui Carlos Alvarez Carp

Rui Fernando da Silva Rio

Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Simão José Ricon Peres

Telmio José Moreno.

Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Virgílio de Oliveira Carneiro

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Bernardes Costa.

Alberto da Silva Cardoso

Alberto de Sousa Martins

Alberto Manuel Avelino

Alberto Marques de Oliveira e Silva

Ana Maria Dias Bettencourt.

António Alves Marques Júnior

António Carlos Ribeiro Campos

António Domingues de Azevedo

António Fernandes da Silva Braga.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos da Costa.
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite de Fátima dos Santos Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
 Fernando Alberto Pereira Marques.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena de Melo Torres Marques.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Joaquim Dias da Silva Pinto.
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Santos de Magalhães.
 José Paulo Martins Casaca.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Filipe Marques Amado.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raúl Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António Manuel dos Santos Murteira.
 Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Martins Peixoto.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Adriano José Alves Moreira.
 José Girão Pereira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha

Deputado independente:

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Sua Majestade o Rei Hassan II de Marrocos, Srs. Embaixadores, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Na Sala do Senado, traçada na segunda metade do século XIX e decorada bem ao gosto deste período da nossa Monarquia Constitucional, e em reunião de Deputados especialmente convocados para a solenidade, a Assembleia da República recebe hoje, com as galas da sua praxe austera, Sua Majestade, o Rei Hassan II de Marrocos.

Em nome da instituição parlamentar portuguesa, em meu nome pessoal e em nome dos Srs. Deputados, apresento a Sua Majestade as nossas saudações democráticas, agradeço a deferência da visita e exprimo o nosso desejo e voto de que goze de feliz estadia entre nós.

Perante Sua Majestade gostaria ainda de afirmar, na solenidade desta circunstância, os nossos profundos sentimentos de amizade e de fraternidade para com o povo de Marrocos, manifestando à nobre e grande Nação marroquina e aos seus governantes os nossos votos de paz, de justiça e de prosperidade.

Nos últimos anos, as relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e Marrocos vêm conhecendo um aprofundamento a todos os títulos significativo. No entanto — há que reconhecê-lo —, a cooperação entre os dois povos e Estados está longe do nível que todos desejaríamos que já tivesse sido atingido.

Em particular, é urgente impulsionar a cooperação parlamentar, depois que os dois Estados podem felizmente afirmar, através das suas instituições, a fé nas regras e valores da democracia e quando o processo democrático pluralista parece ter alcançado em ambos os vizinhos do mar do Algarve o desenvolvimento e a estabilização indispensáveis. Na cooperação Portugal-Marrocos, o diálogo Norte-Sul, de que tanto se fala e do qual tanto se espera ainda, poderá encontrar um dos seus eixos fundamentais e obter uma das suas mais lídimas e proíficas expressões.

Sinal e símbolo emblemático do incremento desejável da aproximação efectiva dos dois povos ficará a ser, doravante, assim o creio, a visita com que Sua Majestade distingue hoje a Assembleia da República. Eis um voto que é, seguramente, partilhado por todos os Deputados e grupos parlamentares com assento nesta Câmara.

Ninguém duvida que o aprofundamento da cooperação entre Portugal e Marrocos irá favorecer o aparecimento de novas e mais felizes oportunidades à realização dos interesses portugueses e marroquinos, actuais e futuros.

Mas a cooperação internacional em referência tem ainda o alcance mais largo, de prestar fidelidade ao legado cultural e civilizacional comum aos dois povos e de corresponder ao apelo de uma História que os fez conviver intensamente num mesmo espaço territorial (primeiro, na Península e, depois, no Magrebe), ora em paz relativa, ora em guerra aberta, que se narra por batalhas, recontros, invasões e cercos carregados de lances e manhas guerreiras, mas onde também, de ambos os lados, sucessivas gerações, derramando com generosidade, galhardia e coragem o seu sangue, comprovaram a sua devoção aos ideais que orientavam os seus povos, governantes e líderes.

De facto, pode dizer-se que somos dois povos geminados pela História. Assim como a formação de Portugal se processou na lenta reconquista do território que os povos magrebinos (almorávidas, almóadas, etc.), em ondas sucessivas, vieram ocupar na Península Ibérica, assim também a unidade nacional, que é hoje Marrocos, se constituiu a partir da reacção religiosa dos xerfes sáldidas àquela conquista dos «Algarves de Além-Mar em África» que, por

nossa vez, nós tentou e fez perder no Século XVI. Dir-se-ia que Portugal nasceu como contraponto a uma empresa marroquina, tal como Marrocos se formou em contraponto a uma empresa lusitana. Por isso, o crescimento e desenvolvimento das nossas relações políticas, culturais e económicas, além de ser confor-me ao bom entendimento dos interesses vivos de ambos os povos, corresponde a um destino e vocação que a História teceu e com que indissolúvelmente nos uniu. A visita de Sua Majestade ocorre num momento particularmente feliz para árabes e judeus e, em geral, para todos os povos do Mundo. Com efeito, pouco mais de uma semana se vai passada e foi em 13 de Setembro sobre a data da assinatura em Washington, do acordo pelo qual, por um lado, Israel garante ao povo palestino o direito de se organizar e reger autónomamente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e, por outro, a Organização de Libertação da Palestina, finalmente aceite como legítima representante deste povo, reconhece a existência e a legitimidade do Estado de Israel. São estes bons sinais ou augúrios para a normalização das relações entre árabes e judeus e para o encerrar de um conflito que tantas vidas, angústias e sofrimentos custou a uns e a outros, por décadas e décadas, e no qual hibernou sempre uma ameaça à paz e à estabilidade de todo o Mundo.

Na procura de uma solução pacífica e justa para este conflito grave e sangrento, Sua Majestade o Rei Hassan II foi incansável e assumiu atitudes dignas do maior apelo. Lembra a tal propósito, por exemplo, a sua iniciativa de convocar, em 1982, a Cimeira Árabe de Fez, onde, sobre um plano generoso para aproximar as duas partes e fazer justiça ao povo palestino, garantindo a paz nos territórios ocupados. Por isso, não terá surpreendido a notícia veiculada pelos meios de comunicação social, segundo a qual, no regresso de Washington, o Chefe do Governo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel fizeram escala em Rabat para se encontrarem com Sua Majestade o Rei Hassan II, tendo-lhe dirigido convite para visitar Israel. Nem tão pouco surpreenderá a mensagem de regozijo e encorajamento que Sua Majestade nessa ocasião enviou ao povo de Israel, lembrando que os árabes e os judeus «sempre se guiaram pelo livro revelado da Torá» e manifestando a esperança de que as relações entre uns e outros se encaminhem, no futuro, para o melhor. Neste momento alto e promissor para o Próximo Oriente, para o Mundo Árabe e para a Europa, é tempo de honrar a especialidade de todos os quantos não deseperaram no meio da complexidade da situação e souberam, com paciência e invenção, fazer uma obra de paz entre os «filhos de Abraão» tão longamente desavindos. Por isso, saúdo pessoalmente Sua Majestade o Rei Hassan II por esse acontecimento excepcional e histórico que foi a assinatura, no corrente mês de Setembro, do Acordo entre Israel e a OLP. Talvez a construção da paz à escala do Mundo seja tarefa superior às forças humanas e à violência sopra sempre e sopra onde quer que extinta uma labareda logo outra se reacende, como se a paz universal e perpétua contrariando o profeta Isaias, fosse um sonho impossível. Mas nem os cidadãos, nem os governantes, nem as organizações internacionais podem dar-se por vencidos na luta pela paz e pela concórdia dos povos. Que seria da civilização e do progresso do espírito se nós rendêssemos à violência a guerra e à violação dos direitos do Homem em qualquer das partes do mundo? Em todo o caso, as quebras da paz tornam-se-nos mais intoleráveis quando afectam povos irmãos ou ocorrem em

regiões a que nos achamos mais ligados pela História e pela cultura. Não se estranhará, por isso, que nós portugueses sintamos com particular angústia a guerra fratricida que se abateu sobre o povo de Angola, que nós emocionados com a situação de violência imposta pela Indonésia ao povo de Timor-Leste e que nos preocupamos de modo especial com os sobressaltos que têm ainda em toda a horizontal da África Austral. Assim, os povos e os Estados amigos não de compreender que lhes solicitemos insistentemente tudo quanto puderem fazer para que essas situações dolorosas rapidamente se resolvam em paz, com justiça, com respeito pela dignidade humana e pelo direito.

É tempo de terminar. Renovo os votos de feliz estadia a Sua Majestade o Rei Hassan II e agradeço, mais uma vez, do fundo do coração, a visita com que hoje distinguiu e honrou a Assembleia da República.

Aplausos gerais

Vai usar da palavra Sua Majestade o Rei Hassan II.

Sua Majestade o Rei de Marrocos (Hassan II): Louva-se Deus, o Seu Profeta e os Seus Companheiros. Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, representantes do Estado português amigo e irmão.

Estamos aqui reunidos e sentimos que existe um laço extremamente forte que nos une, para além de uma grande e profunda alegria por estarmos, neste momento, perante os representantes do nosso povo português. Aliás, esta profunda alegria explica-se pelo facto de a nossa amizade ter acontecido há muito tempo atrás, graças à História, que nos juntou num destino comum. Estamos, portanto, ligados por sentimentos de fraternidade, pela nossa civilização, pelo amor e pela paz.

E se digo que estamos ligados por um destino e uma civilização comuns é porque, quer em Portugal, quer em Marrocos, existem monumentos, marcas e balizas que, ao perdurarem através dos tempos até hoje, são testemunho desta civilização caracterizada por uma arte arquitectónica autêntica. De facto, estes monumentos são testemunho de uma História multissecular que aponta para a fraternidade. Afirmo-o com uma fé profunda, porque os portugueses foram os únicos que nunca, em qualquer continente, fizeram discriminação racial. E insisto em dizer que foram os únicos que nunca a fizeram. Ora, esta é uma prova de que estamos ligados por profundos laços de amizade e fraternidade, pois todos nós sempre lutamos pela dignidade do ser humano.

Estamos também ligados pelo destino comum da paz e pela paz. Portugal tem uma posição geográfica e uma situação no contexto internacional que sempre lhe permitiu, designadamente durante a II Guerra Mundial, manter a sua soberania por completo, de tal forma que não tomou qualquer partido relativamente às partes em confronto, considerando que a política mais justa e mais sábia era a da cooperação entre os seres humanos, com base na coexistência pacífica.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados. A partir da criação das Nações Unidas não faz qualquer sentido falar em estados pequenos e grandes, pois essa diferença deixou de existir. Todos os estados têm direito a voto, portanto todos têm de arcar com as responsabilidades ao nível da definição do porvir, ou seja, do futuro da humanidade. Por isso, os nossos países, Marrocos e Portugal, apesar do que sofreram no século passado, podem trabalhar juntos com toda a seriedade em prol da sua causa, podendo ambos desempenhar um papel importante. Ora, isto constitui uma novidade na edificação do futuro da humanidade e uma garantia do bem-estar desta Região.

Portugal é, antes de mais, um país atlântico e mediterrânico, o que o levou a olhar para Oriente e para Ocidente, proporcionando, assim, um encontro de civilizações e de culturas, ou seja, uma miscigenação que deu origem a que nunca aceitasse inclinar-se perante o facto consumado ou sujeitar-se à tirania e à violência.

De igual modo, Deus colocou Marrocos numa situação geográfica semelhante à de Portugal, com uma mão para Ocidente e outra para Oriente, situado no Mediterrâneo, que inspirou a sua civilização, olhando ao mesmo tempo para o Oceano Atlântico, e enderçando, assim, as suas ambições e aspirações para um futuro novo.

Sr. Presidente, como V. Ex.^a já referiu, as nossas relações bilaterais não reflectem, na íntegra, tudo o que une os nossos povos, ligados por relações de longa data. Embora sejam relações de grande amizade, entendo que, a nível bilateral, há ainda muito a fazer. É, pois, necessário trabalharmos com muito entusiasmo e determinação para recuperarmos o tempo que perdemos e para que possamos fomentar a cooperação em todos os domínios que, em primeiro lugar, interessam aos nossos países e, em segundo lugar, à nossa Região.

Sr. Presidente, V. Ex.^a afirmou que a guerra é como um diabo, um demónio: apaga-se a labareda num local e ela aparece noutro. No entanto, neste mundo existem povos que não têm qualquer preocupação ou objectivo a não ser o de fomentar a paz, trabalhando nesse sentido com grande afinco. V. Ex.^a disse ainda que temos todo um futuro à nossa frente e apontou o exemplo do Médio Oriente. Estou completamente de acordo, até porque existem já sinais encorajadores que incitam ao optimismo e, pessoalmente, sou uma pessoa optimista por natureza. Entendo que todos os que se dedicam à política são como os que se dedicam a uma arte ou a um ofício e têm de ser, por natureza, optimistas, porque se não forem só lhes resta «fecharem a barraca» — passe a expressão —, deixando a chave em mãos alheias.

No entanto, apesar do nosso optimismo, não podemos deixar de ter em atenção o processo que está a decorrer em Washington. Trata-se de um processo que, em meu entender, está a dar os primeiros passos como se fosse um bebé que ainda precisa de muita ajuda e de quem o possa guiar. Esta situação verifica-se não só por parte dos árabes ou dos judeus, mas também de todos os países e de todas as comunidades e organizações regionais económicas. Cabe-nos, assim, facilitar o convívio e a coexistência entre os «filhos de Abraão», pelo que não podemos garantir esta convivência se não nos dermos as mãos, sem que exista qualquer diferença entre o Norte e o Sul, entre o Oriente e o Ocidente. Devemos reconhecer este tributo de sangue e criar as bases para a futura prosperidade e cooperação, pois só assim os árabes e os judeus poderão esquecer as tragédias que viveram, abrindo os braços a um futuro brilhante.

E em todo este contexto qual foi o nosso papel? Assumimos desde sempre um papel natural, até porque consideramos que a guerra não é solução para resolver os problemas. Bem pelo contrário, a verdadeira guerra, no bom sentido da palavra, ou seja, a verdadeira luta é a que proclamamos abertamente contra a ignorância, a fome, o atra-

so, o subdesenvolvimento e a pobreza, que, em meu entender, têm de ser combatidos. E porquê? Porque se acreditamos nos valores do regime democrático representativo, este combate é o único instrumento que permite aos países alcançarem os seus objectivos e as suas aspirações, pelo que temos de dar ao boletim de voto o devido valor. Cada um de nós, que tem este boletim de voto nas mãos, deve dar-lhe o apreço que merece. Qual a utilidade da votação se votarmos a favor da ignorância e da pobreza?

A democracia que, em relação à educação e à formação, aspira conseguir alcançar condições que permitam, designadamente, uma melhor preparação das classes pobres, reduzindo as diferenças entre os vários estratos sociais, vai perdurar. Mesmo nos países desenvolvidos da Europa verificamos que os problemas económicos e sociais estão a agravar-se. O desemprego e a falta de oportunidades de trabalho enegrecem o horizonte do futuro, tornando-o cada vez mais sombrio. Ora, as diferenças entre as várias camadas sociais não trazem nada de bom e, por isso, não podemos esquecer este perigo e devemos ter em atenção que estamos a navegar todos juntos, no mesmo barco, pelo que temos de estender as mãos uns aos outros, de continente a continente, de mar a mar, tal como já fizemos no passado.

Expresso o voto de que vivamos em paz para que os nossos filhos tenham um futuro melhor!

Espero que vós, representantes do povo português, tenham apreendido o sentido destas minhas muito breves palavras pois é algo que vos diz respeito e toca de perto, uma vez que sois vós que deveis ajudar o vosso povo, levando por diante a defesa da causa do vosso país.

Deus proteja este país honrado e este povo irmão e lhe dê felicidade!

Profiro estas palavras não por estar aqui entre vós, mas porque penso que tendes um país que é respeitado e amado. Portugal tem um papel importante a desempenhar neste canto do mundo. Talvez tenha revelado uma humildade maior do que a que devia, mas Deus é grande!

Deus proteja o vosso país, o vosso povo, e ajude cada um de vós a realizar a missão que lhe está destinada!

Muito obrigado por toda a consideração com que me rodearam. Sei que o Parlamento português está ainda em período de férias parlamentares e se VV. Ex.^{as} estão aqui presentes, neste momento, prova a amizade que nutrem pelo meu país e pelo meu povo.

Viva Portugal!

Viva o povo português!

A paz esteja convosco, assim como a bondade e a Graça de Deus!

Bem hajam!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$50+IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 41\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a negócios e a assinaturas do "Diário da República" e do "Diário da Assembleia da República", deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.